



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Ata de Reunião

Assunto da Reunião:	Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 2ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) – 2017
Data da Reunião:	25/8/2017, às 9h30
Local da Reunião:	Sala de Sessões do Tribunal Pleno – TRT7

CONVIDADOS		
Nome	Entidade/Unidade	Função
Comitê Regional de Planejamento Estratégico Institucional		
Maria José Girão	Desembargadora do Trabalho Presidente	Presidente da Comissão Regimental de Planejamento Estratégico e do Comitê Regional do PEI 2015-2020
Paulo Régis Machado Botelho	Juiz-Auxiliar da Presidência	Membro do Comitê Regional do PEI 2015-2020
Comitê de Gestores		
José Antonio Parente da Silva	Desembargador do Trabalho, Gestor de Metas do CNJ	Suplente da Comissão Regimental de Planejamento Estratégico e Coordenador do Comitê de Gestores
Luisa Elisabeth Timbó Corrêa Furtado	Secretaria-Geral da Presidência (SGP)	Subcoordenadora do Comitê de Gestores
Maria Eveline Fernandes Barreto	Diretoria-Geral (DG)	Membro do Comitê de Gestores
Daniel de Vasconcelos Páscoa	Gabinete do Desembargador do Trabalho José Antônio Parente da Silva	Membro do Comitê de Gestores – representante dos gabinetes de Desembargadores
Ana Paula Borges de Araújo Zaupa	Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	Membro do Comitê de Gestores
Joarez Dallago	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Membro do Comitê de Gestores
Rozângela Maria Almeida	Secretaria de Gestão de	Membro do Comitê de

Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 2ª RAE-2017
Realizada em 25/8/2017

CONVIDADOS		
Nome	Entidade/Unidade	Função
Eloi	Pessoas (SGPes)	Gestores
Célio Ricardo Lima Maia	Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOF)	Membro do Comitê de Gestores
Ricardo Domingues da Silva	Secretaria de Controle Interno (SCI)	Membro do Comitê de Gestores
Alexei Rabelo Lima Verde	Secretaria da Corregedoria Regional (SCR)	Membro do Comitê de Gestores
Francisco Patrício Pinheiro	Secretaria Judiciária (SJ)	Membro do Comitê de Gestores
Ednevaldo Medeiros Pereira	Secretaria do Tribunal Pleno (STP)	Membro do Comitê de Gestores
Francisco Odenes Uchoa Pinto	Divisão de Comunicação Social (DCS)	Membro do Comitê de Gestores
Flávia Regina Cardoso Mendes Bezerra	Diretoria Executiva da Escola Judicial (DExec/EJUD)	Membro do Comitê de Gestores
POLOS REGIONAIS		
Polo Regional de Fortaleza		
Flávia Andréa Q. Façanha Ferreira	1ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de Fortaleza e seu representante no Comitê de Gestores
Alexandre Pinheiro Coe	2ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Joélia de Sousa Alexandre	3ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Maria Luíza Pinheiro Moreira	4ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Francialdo Rebouças Gondim	5ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Carmecilda Maria Moura de Andrade	6ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Luciano Dídimo Camurça Vieira	7ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Antonio Thirso R. G. Medeiros	8ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Fernando José de Alencar Araripe Furtado	9ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Dulce Regina da Silva Vasconcelos p/Suelen de	10ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza

Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 2ª RAE-2017
Realizada em 25/8/2017

CONVIDADOS		
Nome	Entidade/Unidade	Função
Fátima Morais Baptista de Sabóia		
Jamille Ipiranga de Lima	11ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Ana Cláudia A. Moura	12ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Geovanna Barros Leal da Silveira	13ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Francisca Jeane de Andrade Rocha Vieira	14ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Nelson Escóssia Barbosa Neto	15ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Francisco Otávio Costa	16ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Fábio César Barroso Rios	17ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Sylvianne Fontenelle Santos de Oliveira	18ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Kílvia Silva de Sena	2ª VT de Caucaia (CE)	Membro do PR Fortaleza
Elene Zinni Vicentini	1ª VT de Maracanaú (CE)	Membro do PR Fortaleza
Fabício Holanda de Oliveira	2ª VT de Maracanaú (CE)	Membro do PR Fortaleza
Anna Mariza T.Maia p/Roberta Corrêa Martins Carvalho	VT de São Gonçalo do Amarante (CE)	Membro do PR Fortaleza
Mikael Tenório Freire	VT de Pacajus (CE)	Membro do PR Fortaleza
Geraldo Hermes de Oliveira Leitão	VT de Baturité (CE)	Membro do PR Fortaleza
Polo Regional de Quixadá		
Geyza de Freitas Moura Nantua	VT de Quixadá (CE)	Membro do Polo Regional de Quixadá
Ítalo Pedrosa Vasconcelos	VT de Aracati (CE)	Membro do PR Quixadá
Maria Verônica Lima de Araújo	VT de Limoeiro do Norte (CE)	Membro do PR Quixadá e seu representante no Comitê de Gestores
Polo Regional do Cariri		
João Emanuel Bezerra Bastos	1ª VT do Cariri (CE)	Membro do Polo Regional do Cariri
Luís Eduardo Freitas Goulart	2ª VT do Cariri (CE)	Membro do PR Cariri

Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 2ª RAE-2017
Realizada em 25/8/2017

CONVIDADOS		
Nome	Entidade/Unidade	Função
Paulo Rogério da Cunha Moura	3ª VT do Cariri (CE)	Membro do PR Cariri e seu representante no Comitê de Gestores
Mara Tacídia Cavalcante Assunção Bezerra	VT de Iguatu (CE)	Membro do PR Cariri
Polo Regional de Sobral		
Rosanna de Moura Barros	1ª VT de Sobral (CE)	Membro do Polo Regional de Sobral e seu representante no Comitê de Gestores
Carlos Alberto A. de Araújo p/Mônica de Araújo Fontes	2ª VT de Sobral (CE)	Membro do PR Sobral
Laura Anísia M.de Sousa Pinto	VT de Crateús (CE)	Juíza Titular da Vara de Crateús
Abel Teixeira Arimatéia	VT de Tianguá (CE) e Sindicato dos Servidores da Sétima Região da Justiça do Trabalho - SINDISSÉTIMA	Membro do PR Sobral
CONVIDADOS		
Suyane Belchior P. de Aragão	1º Grau	Juíza titular da 01ª Vara do Trabalho de Sobral
Christiane Fernandes Carvalho D. Ribeiro	1º Grau	Juíza titular da Vara do Trabalho de Iguatu
Regiane F. Carvalho Silva	1º Grau	Juíza titular da 02ª Vara do Trabalho da Região do Cariri
Rossana Talia Modesto Gomes Sampaio	1º Grau	Juíza titular da 01ª Vara do Trabalho de Maracanaú
Kaline Lewinter	1º Grau	Juíza do trabalho substituta da Vara de Eusébio
Cristiano Siqueira de Araújo Chaves	1º Grau	Servidor da 16ª Vara do Trabalho de Fortaleza
Pedro Gondim De Alencar Filho	1º Grau	Divisão De Execuções Unificadas, Leilões e Alienações Judiciais
Vivian Meyer Marshall De Albuquerque	2º Grau	Ouvidoria
Claudia Giovana Lopes	2º Grau	Setor de Memória

Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 2ª RAE-2017
Realizada em 25/8/2017

CONVIDADOS		
Nome	Entidade/Unidade	Função
Silva		
Deven Moura Miller	2º Grau	Divisão de Material e Patrimônio – SAOF
Fernando Fontoura Gomes	2º Grau	Secretaria da 3ª Turma
Romulo De Sousa Frota	2º Grau	Secretaria da 2ª Turma
Ênio Antonio Costa Lopes	Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	Coordenador-Chefe do Setor de Gestão de Projetos
Ana Valéria Santos Cavalcante	Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	Coordenadora-Chefe do Setor de Estatística
Cristiany Denise da Costa Brandão	Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	Servidora da Secretaria de Gestão Estratégica

Tópicos discutidos e decisões:

TEMA	Deliberações
Considerações iniciais	<p>Dra. Maria José (Presidente): A Desembargadora Presidente Dra. Maria José Girão abriu a 3ª Reunião da Rede de Governança Colaborativa do TRT7 e a 2ª Reunião de Análise da Estratégia de 2017, cumprimentando o Desembargador do Trabalho, Gestor de Metas do CNJ, José Antônio Parente da Silva, o Juiz auxiliar da Presidência, Paulo Régis Machado Botelho, a Secretária Geral da Presidência, Luísa Elisabeth Timbó Corrêa Furtado e todos os servidores e magistrados que se encontravam presentes e pediu que todos os representantes de cada Polo Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região se apresentassem e se manifestassem sobre a importância das reuniões de análise da estratégia e de como está a atual situação de sua unidade judiciária.</p> <p>Paulo Rogério, diretor da 3ª VT da Região do Cariri, disse que estão com poucos servidores na unidade judiciária, mas mesmo assim o trabalho está sendo desenvolvido com afinco e a contento.</p> <p>Flávia Andrea, diretora da 1ª VT de Fortaleza, em resposta ao indagado pela Desembargadora Presidente, afirmou que as reuniões de governança estão sendo muito importantes no acompanhamento dos resultados pelas varas do trabalho.</p> <p>Maria Verônica, diretora da VT de Limoeiro do Norte, acha importante essas reuniões porque os resultados dão uma diretriz ao gestor para a tomada de decisão.</p> <p>A Desembargadora Presidente falou da finalidade do Planejamento Estratégico Institucional e também de como é importante para o regional a divulgação e a publicação dos resultados nas unidades</p>

Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 2ª RAE-2017
Realizada em 25/8/2017

TEMA	Deliberações
	<p>judiciárias que serão apresentados nesta reunião. Passou a palavra ao Desembargador Gestor de Metas, Dr. José Antônio Parente da Silva.</p> <p>Dr. José Antônio Parente da Silva (Gestor de Metas do CNJ): corroborou com a afirmação da Desembargadora Presidente, afirmando ser de suma importância o conhecimento dos resultados obtidos neste momento tendo em vista a proximidade da revisão do PEI do ano de 2018. Segundo o Desembargador Gestor de Metas, o Plano Estratégico Institucional deve ser mais amplamente divulgado, mais participativo, contando com um maior envolvimento dos magistrados, servidores, entidades de classe e ainda o público externo.</p> <p>O tribunal deverá acompanhar mais de perto os resultados que não estão satisfatórios a fim de que todos aprendam cada vez mais sobre administração, haja vista que os gestores devem entender melhor a questão do fluxo de processo para que possamos atender melhor. É o seu desejo com gestor.</p> <p>A Administração Pública precisa muito da ferramenta do Planejamento Estratégico, principalmente com o advento da reforma trabalhista, que exigirá ainda mais do judiciário, que deverá ser ainda mais eficiente, pois esse assunto causa maior interesse da sociedade como um todo e o tribunal precisará responder à altura da demanda do jurisdicionado.</p> <p>Ana Paula Zaupa (Secretária da SGE): Registrou que foram convidados a se fazerem presentes na reunião os desembargadores, magistrados de 1º grau, servidores e as entidades de classe, inclusive a Amatra VII. Informou que serão apresentados os resultados dos indicadores, metas e os planos do poder judiciário, da justiça do trabalho e do tribunal. Explicou a correlação entre as metas do plano estratégico do regional e as do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.</p>
Tópico I – Planos e Metas a que está sujeito o TRT7	Relembradas as Metas dos Planos Estratégicos a que está sujeito o TRT7

TEMA	Deliberações
<p>1. Metas do Poder Judiciário Brasileiro</p> <p>a) Metas Nacionais</p> <p>b) Metas Específicas para a Justiça do Trabalho</p>	<p>a) Metas Nacionais – 2017:</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Meta CNJ 1 (Meta 6 JT/PEI TRT7) – Julgar mais processos que os distribuídos <ul style="list-style-type: none"> – Julgar o equivalente a 90% da quantidade de processos de conhecimento distribuídos no ano corrente, com redução proporcional à redução do número de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos. O redutor não foi ainda desenvolvido pelo CNJ. • Meta CNJ 2 (Meta 7 JT/PEI TRT7) – Julgar processos mais antigos <ul style="list-style-type: none"> – Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, nos 1º e 2º graus. • Meta CNJ 3 (Meta 9 JT/PEI TRT7) – Aumentar casos solucionados por conciliação <ul style="list-style-type: none"> – Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação a média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, excluindo-se da base de cálculo os processos com desistência e arquivamento. Período de 2015 a 2020. No encontro do judiciário ano passo passou para 2% • Meta CNJ 5 (Meta 11 JT/PEI TRT7) – Impulsionar processos à execução <ul style="list-style-type: none"> – Baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período, com redução proporcional, em cada tribunal, à redução do número de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos. Tem o mesmo redutor da meta 1 que ainda não foi desenvolvido. • Meta CNJ 6 (Meta 8 JT/PEI TRT7) – Priorizar julgamento de ações coletivas <ul style="list-style-type: none"> – Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau e até 31/12/2015 no 2º grau. • Meta CNJ 7 (Meta 10 JT/PEI TRT7) – Priorizar julgamento de processos de maiores litigantes e recursos repetitivos <ul style="list-style-type: none"> – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior, até 2020
<p>b) Metas Específicas para a Justiça do Trabalho</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Meta Específica CNJ para a JT – TMDP2 (Meta 4 JT/PEI TRT7) – reduzir TMDP2 <ul style="list-style-type: none"> – Reduzir o prazo médio de duração do processo, no 2º Grau, em relação ao ano base 2016 (291 dias), em 20%, até 2020. – Em 2018, reduzir 9% em 2017 (265 dias). • Meta Específica CNJ para a JT – TMDP1 (Meta 5 JT/PEI TRT7) – reduzir TMDP1. Prazo médio aumentou em janeiro <p>Reduzir o prazo médio de duração do processo, no 1º Grau, em relação ao ano base 2016 (132 dias), em 10%, até 2020</p> <ul style="list-style-type: none"> – Em 2017, a Meta a ser alcançada é de 129 dias. 	

TEMA	Deliberações												
<p>2. Metas da Justiça do Trabalho e do TRT da 7ª Região</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Meta 1 JT/PEI TRT7 – Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida <ul style="list-style-type: none"> – Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovPessoas. TCU mudou a maneira de apuração, a tendência é que seja anual. – Ana Paula explicou como esse indicador é apurado, através de questionário aplicado no regional. 												
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2016</th> <th>2018</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>INICIAL</td> <td>INTERMEDIÁRIO</td> <td>APRIMORADO</td> </tr> </tbody> </table>	2016	2018	2020	INICIAL	INTERMEDIÁRIO	APRIMORADO						
	2016	2018	2020										
	INICIAL	INTERMEDIÁRIO	APRIMORADO										
	<ul style="list-style-type: none"> • Meta 2 JT/PEI TRT7 – Aperfeiçoar a gestão de custos <ul style="list-style-type: none"> – Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD) em relação à média de 2011, 2012 e 2013 (64,99%) em 10 pontos percentuais, até 2020. – Ana Paula observou que foi feita consulta pública e muita gente entendeu de forma errônea a que esse indicador se destina; num país de recursos escassos, esses recursos devem ser bem utilizados, esse índice aponta no sentido de aprimorar a aplicação dos recursos. 												
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2017</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>4PP</td> <td>6PP</td> <td>8PP</td> <td>10PP</td> </tr> <tr> <td>68,99%</td> <td>70,99%</td> <td>72,99%</td> <td>74,99%</td> </tr> </tbody> </table>	2017	2018	2019	2020	4PP	6PP	8PP	10PP	68,99%	70,99%	72,99%	74,99%
	2017	2018	2019	2020									
	4PP	6PP	8PP	10PP									
	68,99%	70,99%	72,99%	74,99%									
	<ul style="list-style-type: none"> • Meta 3 JT/PEI TRT7 – Aprimorar a infraestrutura e a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) <ul style="list-style-type: none"> – Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovTI. 												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>2016</th> <th>2018</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>INTERMEDIÁRIO</td> <td>INTERMEDIÁRIO</td> <td>APRIMORADO</td> </tr> </tbody> </table>	2016	2018	2020	INTERMEDIÁRIO	INTERMEDIÁRIO	APRIMORADO							
2016	2018	2020											
INTERMEDIÁRIO	INTERMEDIÁRIO	APRIMORADO											
<ul style="list-style-type: none"> • Meta 12 JT/PEI TRT7 – Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção <ul style="list-style-type: none"> – Aumentar, em relação à última apuração (29%), a pontuação alcançada em 15 pontos percentuais, até 2020, na avaliação do iGov. Não mensuração em 2016 mas em 2017 deverá ser apurada. 													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>2016</th> <th>2018</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3PP</td> <td>9PP</td> <td>15PP</td> </tr> <tr> <td>32%</td> <td>38%</td> <td>44%</td> </tr> </tbody> </table>	2016	2018	2020	3PP	9PP	15PP	32%	38%	44%				
2016	2018	2020											
3PP	9PP	15PP											
32%	38%	44%											
<ul style="list-style-type: none"> • Meta 13 JT/PEI TRT7 – Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania <ul style="list-style-type: none"> – Atingir e manter pontuação entre 62 e 78, até 2020 – Ana Paula chama atenção pra esta meta que mede o quanto de nossas metas o órgão conseguiu atingir. Mostrou o quadro com a pontuação de cada meta e explicou como se obtém a pontuação. Os pesos maiores são dados às metas mais 													

TEMA	Deliberações
	<p>importantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Secretária de Gestão Estratégica apresentou o relatório de resultados da CSJT. <p>PEI-TRT7 2015-2020 – Revisão 1.2017 (Resolução TRT7 254/2017)</p>
<p>Tópico II – Resultados do TRT7 - Jan a jul/2017</p> <p>1. Relatórios do CJST (Jan a mai/2017)</p> <p>2. Resultados do TRT7 por área e VT</p>	<p>Relatórios de Resultados e de Indicadores do PE da Justiça do Trabalho (Jan a mai/2017)</p> <p>Disponíveis no sítio do TRT7> Gestão Estratégica> PE 2015-2020> Resultados> Resultados dos Planos Estratégicos</p> <p>Resultados do TRT7 por Área e detalhamento por VTs</p> <p>a. Área fim – 1º Grau (IAM – 75,98%)</p> <p>Destaques: 2ª VT de Caucaia, 1ª VT de Crateús, 6ª VT de Fortaleza, 16ª VT de Fortaleza, 18ª VT de Fortaleza e 1ª VT de Maracanaú.</p> <p>b. Área fim – 2º Grau (IAM – 77,14%)</p> <p>Destaque: evolução no TMDP2, com desempenho de 78,10% (291 dias), em 2016, e 106,65% em julho (261,62 dias)</p> <p>c. Área Administrativa (IAM – 104,17%)</p> <p>Destaque: Já superada a meta do IAM.</p> <p>IAM do TRT7: 87,10% de janeiro a julho de 2017.</p> <p>Arquivo detalhado à parte (planilha Excel com os resultados item 2.2 resultados por VT).</p> <p>Ana Paula Zaupa chamou atenção para o desempenho do 2º Grau no tempo médio de duração do processo -TMDP2 de 2017 em relação ao ano de 2016. A iniciativa dos Desembargadores, assessores, Turmas e Pleno em buscarem encontrar os gargalos no tempo médio dos processos levaram-nos a encontrar soluções, que reduziram esse tempo, estando o presente momento com a Meta cumprida em 105,74%. Parabéns para o 2º grau!</p> <p>Ana Paula explicou e mostrou na apresentação como se calcula o IAM e comentou que o Índice de alcance da meta da área administrativa está muito bom, ficou em 87%.</p> <p>Ana Paula apresentou o quadro com apuração por cumprimento das metas, no 1º grau, detalhado por Vara do Trabalho, do 2º grau e do tribunal como um todo.</p> <p>Passou a dissertar sobre o cumprimento das metas do 1º grau e o IAM e explicou que na aba resíduo encontram-se aqueles processos que precisam ser julgados para obtenção da meta. Explicou que o prazo médio do 1º grau em 2016 foi melhor do que o atual mas que isso se deveu à concentração de esforços das Varas para digitalização dos processos físicos, em função da CLE.</p> <p>Ana Paula passou a tecer comentários sobre o grau de cumprimento de</p>

Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 2ª RAE-2017
Realizada em 25/8/2017

TEMA	Deliberações
	<p>cada uma das VTS, esclarecendo que os registros estatísticos estão de acordo com PJe-JT e o sistema e-Gestão, então chamou a atenção para a alimentação correta nos procedimentos.</p> <p>Explicou, ainda, como é obtido o percentual de cumprimento de cada vara do trabalho e deu como exemplo a VT de Aracati com cada um dos graus de cumprimento das Metas. Passou a apresentar o grau de cumprimento de cada uma das VT's dos representantes que estavam presentes (ver quadro de indicadores). O Diretor da 2ª VT de Maracanaú, Fabrício Holanda, questionou que os índices apresentados não corresponderiam à realidade em sua unidade judiciária e pediu que fossem apurados de uma forma mais detalhada os cumprimentos de cada uma das metas. Ana Paula comprometeu-se a fazer esse detalhamento e a verificação de eventuais dissonâncias.</p> <p>A Secretária de Gestão Estratégica destacou a importância do trabalho de “duas mãos” de monitoramento do desempenho das unidades judiciárias quanto às metas; referiu que são elaborados programas no SICOND para extração dos dados correspondentes, em conformidade com os glossários do CNJ e do CSJT, e que a verificação de eventuais erros nos programas apenas será possível com a ativa participação dos gestores das Varas, apontando o que entenderem ser incorreto, para possibilitar a verificação e a correção, e o consequente aprimoramento do processo, sempre.</p>
<p>Tópico III – Processo de Revisão de Metas para 2018</p> <p>1. Consulta Pública</p> <p>2. Propostas de Metas</p>	<p>Referidos os documentos contendo os resultados da “Consulta Pública – Proposta de Metas para a Justiça do Trabalho – 2018”, transcorrida de 17 a 28 de julho de 2017.</p> <p>A Secretária de Gestão estratégica informou que o processo de revisão do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (PE-JT) em 2017 e de definição das Metas Nacionais para 2018 estão detalhados no Proad nº 2.767/2017 do tribunal. Explicou ainda, que a proposta inicial de metas-PIME é construída a partir das metas aprovadas no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para 2018, conforme Resolução CSJT nº 178/2017 e que a PIME deverá ser submetida aos processos participativos realizados pelos Tribunais Regionais do Trabalho, de acordo com o estabelecido na Resolução CNJ nº 221/2016. Os tribunais são divididos em subcomitês de pequeno, de médio e de grande porte e que cada grupo envia sua proposta ao CSJT que compilará as diversas sugestões para então serem apresentadas nos encontros que acontecerão em Brasília na reunião preparatória-XI Encontro Nacional do Poder Judiciário que se realizará no mês de setembro do ano em curso.</p> <p>Os três subcomitês se reuniram e apresentaram as sugestões de metas para o ano seguinte, que foram enviados por e-mail a cada um dos participantes da reunião. Ana Paula chamou a atenção para a meta 3 de 2017 e afirmou que foi decidido manter em 2pp o aumento do índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média do biênio 2013/2014 mas que houve a fixação da cláusula de barreira de 54%. Para o ano de 2018 a sugestão do tribunal é que sejam alterados alguns</p>

Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 2ª RAE-2017
Realizada em 25/8/2017

TEMA	Deliberações
	<p>parâmetros, excluindo da base de cálculo: a) os processos em que se der a revelia, b) os processos com entes públicos no polo passivo e o recálculo da cláusula de barreira.</p> <p>Quanto a Meta 7-Reduzir o acervo dos grandes litigantes, se sugeriu a alteração da base, excluindo o ano em curso e considerando apenas o passivo do ano anterior pra julgar 90% dos processos do passivo do ano anterior.</p> <p>O servidor da VT de Tianguá indagou se o não cumprimento das metas irá interferir no envio de servidores para a unidade judiciária, já que a vara de Tianguá tem apenas sete servidores e uns dois mil processos e os índices não estão sendo atendidos. Ana Paula explicou que o envio de servidores para as unidades judiciárias se dará, por certo, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução CNJ 219/2016, e que infelizmente o cumprimento ou não das metas não terá maiores repercussões.</p> <p>Joarez Dallago, Secretário de Tecnologia da Informação comentou que o PEI deve apresentar discussões criativas para sanar as situações desafiadoras e não somente pensar na solução de alocação de servidor. Ana Paula observou que importa descobrir maneiras de fazer diferente; que “mais do mesmo” para solucionar os problemas não é mais viável.</p> <p>Alexei Rabelo, Secretário da Corregedoria, sugeriu que as Varas do Trabalho que estão em melhor situação com relação ao cumprimento das metas façam reuniões com as demais a fim de passar as boas práticas. Ana Paula ressaltou que essa sugestão se correlaciona bem com os encontros de diretores de secretaria, e que para sua realização é necessário o engajamento dos próprios gestores.</p> <p>Cristiano Siqueira, servidor da 16ª Vara do Trabalho de Fortaleza, comentou sobre os erros de alimentação, que são do conhecimento de todos como “dados sensíveis” e que isso se resolveria na medida em que houvesse uma comissão/equipe responsável para dar o suporte devido aos servidores.</p> <p>Ana Paula comentou sobre a experiência do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região que dispõe de um setor específico para acompanhar e o sistema e-Gestão. Tal unidade é constituída por seis servidores, que não integram a Secretaria de Gestão Estratégica daquele Tribunal e é diretamente vinculada à Presidência. Aqui, teremos que contar com as boas práticas haja vista que nossa realidade é bem diversa, não havendo, por hora, recursos humanos para o desenvolvimento de trabalho desse porte, já que a equipe da Secretaria de Gestão Estratégica é diminuta.</p>
Considerações finais	<p>Ana Paula (SGE): agradeceu a presença de todos e informou que a apresentação e as planilhas contendo o índice de alcance das metas – IAM, de cada unidade judiciária, seriam enviados por e-mail e oportunamente publicados no sítio correspondente na internet.</p>
Próxima Reunião	<p>A ser designada oportunamente.</p>

Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 2ª RAE-2017
Realizada em 25/8/2017

Presenças registradas em lista anexa.

Fortaleza (CE), 25 de agosto 2017.

Ana Valéria Santos Cavalcante
Redatora da Ata